



Imóveis do Minha Casa, Minha Vida poderão ter energia renovável

Projeto que será analisado amanhã em comissão incentiva o uso de equipamentos que reduzam impacto ambiental nos imóveis

A Comissão de Infraestrutura deve votar amanhã projeto que incentiva o uso de equipamentos de energia elétrica renovável, como a solar, além de padrões de construção que reduzam impactos ambientais nos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A proposta também prevê a economia de recursos naturais em imóveis usados pelo poder público. O projeto estabelece como diretriz do Minha Casa, Minha Vida e de construções, reformas e aluguéis de imóveis de órgãos públicos o uso de padrões que reduzam impactos ambientais e promovam a conservação de energia. **3**



Governo de Goiás

Projeto cria diretrizes para que moradias do Minha Casa, Minha Vida usem energia renovável

Maconha medicinal volta ao debate em colegiado

Uma audiência marcada para amanhã na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai debater a sugestão que trata da regulação, fiscalização e tributação da maconha medicinal e do cânhamo industrial no Brasil. A audiência foi marcada pelos senadores Alessandro Vieira, relator, e Eduardo Girão.

Para Girão, o assunto é tão delicado que pede um amplo debate, consultando especialistas com posições diferenciadas. De acordo com ele, os debatedores terão a capacidade de diferenciar o uso terapêutico do canabidiol, do uso indiscriminado e nocivo à saúde da maconha e de suas 500 substâncias psicoativas.

A sugestão legislativa foi uma iniciativa da Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos. **4**

Reforma da Previdência segue para o Plenário da Câmara

O Plenário da Câmara deve começar a discutir amanhã o texto da reforma da Previdência, segundo o presidente da Casa, Rodrigo Maia. A comissão especial de deputados que analisa a reforma aprovou na quinta-feira o relatório do deputado Samuel Moreira.

De acordo com o relator, o texto aprovado, em relação à proposta apresentada pelo governo, garante mais justiça social e responsabilidade fiscal, além de dar mais equilíbrio para a sociedade. **3**

Comissão discute falta de emprego e as novas regras de aposentadoria

A Comissão de Direitos Humanos promove hoje audiência pública sobre os índices de desemprego e os possíveis efeitos das reformas da Previdência sobre esses números. O IBGE aponta que, apesar da queda para 12,5% em abril, 13,2 milhões de pessoas continuam desempregadas no país. Sindicalistas e representantes do Ministério da Economia foram convidados para o debate. **3**



Pietro França/Agência Senado — 26/7/2019

Autor da proposta, Flávio acredita que a iniciativa vai reduzir custos

Alguns remédios serão vendidos fora da farmácia, prevê projeto

Estabelecimentos comerciais também poderão vender medicamentos que não precisam de receita médica. É o que estabelece projeto de Flávio Bolsonaro que foi apresentado na Comissão de Assuntos Sociais. A intenção do senador é diminuir os preços de medicamentos, como analgésicos e antitérmicos, e facilitar o acesso a esses produtos. Na opinião dele, o setor precisa de mais concorrência, uma vez que as farmácias praticariam monopólio e os gastos com saúde já representam 40% do orçamento das famílias. **4**

Texto deixa controle de violência em estádios e arredores mais rigoroso

Aumentar o controle da violência nos estádios e arredores. Essa é a intenção de projeto que pode ser votado amanhã na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. De acordo com a proposta, os

torcedores condenados por promover tumulto, praticar ou incitar a violência também deverão ser impedidos de frequentar jogos e áreas próximas aos eventos esportivos. **4**

Com recorde de vendas, Livraria do Senado celebra os 50 anos em exposição

Com mais de 1,2 milhão de downloads da Constituição em PDF e mais de 50 mil livros vendidos no primeiro semestre deste ano, a Livraria do Senado chega aos 50 anos

crescendo e batendo recordes. Para comemorar, a história da livraria vai ser contada em uma exposição que pode ser visitada até 25 de julho na Biblioteca do Senado. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

A exposição mostra, em uma linha do tempo, os principais momentos dos 50 anos da livraria

Projeto reforça energia renovável no Programa Minha Casa, Minha Vida

Proposta que será votada na Comissão de Infraestrutura incentiva o uso de equipamentos nos imóveis que reduzam impactos ambientais

ESTÁ NA PAUTA da reunião de amanhã da Comissão de Infraestrutura (CI) um projeto que incentiva o uso de equipamentos de energia elétrica renovável (solar, por exemplo) e padrões construtivos que reduzam impactos ambientais nos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O projeto, que também tem como objetivo economizar recursos naturais em imóveis usados pelo poder público, é um substitutivo do senador Eduardo Braga (MDB-AM) ao PLS 253/2016, de autoria do senador Telmário Mota (Pros-RR).

A proposta estabelece como diretriz do Minha Casa, Minha Vida — e também das contratações para construção, reformas e aluguéis de imóveis a serem usados por órgãos públicos — o uso de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, a eco-

nomia de recursos naturais e a conservação e o uso racional de energia. O projeto recebeu emenda do ex-senador José Aníbal para incluir o gás natural como fonte de energia limpa, ainda a ser analisada.

Para justificar o substitutivo, o relator destacou que a obrigação indiscriminada de instalar equipamentos de geração de energia elétrica em imóveis do Minha Casa, Minha Vida poderia aumentar o custo do

programa para União, estados, Distrito Federal e municípios ou reduzir o número de contratações.

“Haveria impacto fiscal, em um cenário em que o país luta para equilibrar as suas contas, ou menos brasileiros seriam contemplados com o sonho de morar em um imóvel próprio”, explica Braga no relatório.

O relator argumenta ainda que substituiu a obrigatoriedade prevista no texto original

por uma diretriz porque, com ela, o poder público já terá de buscar soluções adequadas às características dos imóveis e das localidades em que estão localizados.

Ônibus

Outro projeto na pauta da comissão obriga as empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros que fazem viagens interestaduais e internacionais a emitir bilhetes de passagem identificados, assim como arquivar os dados do passageiro até a utilização da passagem (PLC 153/2015). O objetivo é facilitar a emissão de segunda via do bilhete, em caso de perda.

O relator na CI, senador Carlos Viana (PSD-MG), observou que a medida já está prevista em uma resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas a edição de uma lei sobre o tema trará maior segurança aos passageiros.



Para Braga, se o uso fosse obrigatório, o programa seria inviabilizado

Pedro França/Agência Senado - 13/2/2019

Na Câmara, reforma da Previdência segue para o Plenário

Deve começar amanhã, no Plenário da Câmara dos Deputados, a discussão da reforma da Previdência (PEC 6/2019), anunciou o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia. A comissão especial que analisa a reforma na Câmara aprovou na quinta-feira o relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). O parecer mantém as diretrizes da proposta do governo Jair Bolsonaro.

“Com relação ao texto que recebemos, nosso substitutivo saiu com muito mais justiça social e responsabilidade fiscal, tendo um equilíbrio melhor para a sociedade e a Previdência”, defende Moreira.

Apenas duas sugestões de mudanças no texto foram aceitas. Um dos destaques aprovados, do DEM, retira policiais militares e bombeiros das regras de transferência para inatividade e pensão por morte dos militares das Forças Armadas, até que uma lei complementar local defina normas para essas corporações. O destaque também exclui a possibilidade de que lei estadual estabeleça alíquota e base de cálculo de contribuição previdenciária para policiais e bombeiros militares.

A outra alteração aprovada, do bloco PP, PTB e MDB, cortou dois temas do relatório.

O primeiro é a limitação para renegociação de dívidas com o Estado em até 60 meses. Hoje os programas não têm limitação alguma de prazo. O segundo assunto excluído trata da cobrança de contribuições previdenciárias sobre a exportação do agronegócio.

Diferentemente do previsto na proposta original do Executivo, o relator decidiu manter na Constituição a idade mínima para aposentadoria de servidores da União: 65 anos para homens e 62 anos para mulheres — esses patamares são, hoje, de 60 e 55 anos. A mesma regra terá de constar das constituições estaduais e

das leis orgânicas dos municípios. Há ainda normas diferenciadas para grupos específicos, como docentes.

O texto prevê uma fórmula para cálculo dos benefícios, que poderá ser mudada por lei futura. A aposentadoria corresponderá a 60% dessa média — se for a única fonte de renda, é assegurado o valor do salário mínimo (atualmente R\$ 998).

A partir dos 20 anos de contribuições efetivadas, o percentual subirá 2 pontos percentuais por ano, até chegar a 100% com 40 anos de contribuição. O texto também prevê regras de transição.

Relação entre desemprego e Previdência será debatida hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h, audiência pública para debater desemprego e Previdência. A audiência foi pedida pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Dados divulgados pelo IBGE em abril mostraram queda na taxa de desemprego para 12,5% após três altas consecutivas. Entretanto, seguem desempregadas, de acordo com a pesquisa, 13,2 milhões de pessoas. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 32 mil novos

empregos formais foram criados em maio, número inferior ao mesmo período do ano passado, que teve geração de 1,5 mil novos postos a mais.

Para participar da reunião, foram convidados representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística, do Portal dos Aposentados, da Central Única dos Trabalhadores, do Ministério da Economia, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e da União Geral dos Trabalhadores, entre outros.

Audiência discute medida sobre gastos com termelétricas

A Medida Provisória 879/2019, que autoriza ressarcimento à Eletrobras por gastos com combustíveis, será discutida por comissão mista amanhã, às 14h30.

Entre os convidados, estão os presidentes da Companhia Energética de Roraima, Francisco Fernandes de Oliveira, e da Enel Distribuição Goiás, Lener Silva Jayme.

A MP autoriza a União a pagar até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras por despesas com a aquisição de combustíveis até 30 de junho de 2017, como reembolso de gastos

para a geração de energia termelétrica nos estados do Norte do país. Especialmente nessa região, nem todas as áreas estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional para receber energia de outras usinas.

A Lei do Setor Elétrico (Lei 10.438, de 2002) previa o reembolso de despesas até abril de 2016. A MP, então, viabiliza o reembolso de 14 meses (de maio de 2016 a junho de 2017) além do que o previsto anteriormente. Além disso, a lei não estabelecia prazo para o pagamento.

Gurgacz pede ações a favor da agricultura familiar

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou na sexta-feira ações para estimular a agricultura familiar



e dotá-la de condições para enfrentar as incertezas climáticas e a falta de crédito.

Para ele, uma medida é o projeto aprovado pela Comissão de Agricultura (CRA) que isenta os agricultores familiares do pagamento do IPI na compra de máquinas agrícolas fabricadas no Mercosul (PL 2.505/2019).

Outra ação que ele ressaltou foi a liberação de dinheiro para que a Embrapa desenvolva uma variedade de café conilon adaptada às condições em Rondônia.

Paulo Paim critica possíveis cortes no Sistema S

Paulo Paim (PT-RS) criticou na sexta-feira propostas de reduzir o orçamento do Sistema S.



Na opinião do senador, os cortes poderiam comprometer a capacitação de profissionais e o atendimento social da população, principalmente da parcela mais pobre.

Paim ressaltou que o Senai é responsável pela formação de 58% das pessoas com deficiência. Ele lembrou que a entidade está sintonizada com os diversos setores industriais, para adequar a oferta de cursos às exigências do mercado.

Izalci defende incentivo para estudantes

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu na sexta-feira que o governo incentive, com os programas de concessão de bolsa de estudos e financiamento, a atuação de estudantes em setores em que há carência de mão de obra qualificada.

— O que o governo tem de fazer é oferecer essas bolsas a profissões que têm carência no mercado. Nós precisamos de mais engenheiros, de mais médicos, de mais profissionais de saúde, e não tem sentido financiar mais jovens de administração, economia. Muitas vezes eles se formam e ficam desempregados — argumentou o senador.

Maconha medicinal volta a ser debatida em colegiado

Audiência amanhã na Comissão de Direitos Humanos discutirá sugestão legislativa sobre regulação, fiscalização e tributação da *Cannabis sativa* para fins terapêuticos e do cânhamo industrial no país

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) agendou para amanhã, a partir das 9h, audiência para instruir a sugestão legislativa que trata da regulação, fiscalização e tributação da maconha medicinal e do cânhamo industrial no Brasil.

A audiência partiu de iniciativa dos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Eduardo Girão (Podemos-CE). Alessandro é o relator da SUG 6/2019. Já Girão sugeriu nomes de alguns dos participantes, para diferenciar o canabidiol da maconha.

“Um assunto tão delicado pede um amplo debate, consultando especialistas com posições diferenciadas. A questão da maconha medicinal, expressão bastante difundida na sociedade, não se mostra verdadeira, e os especialistas apontados por nós terão a capacidade de diferenciar o uso terapêutico do canabidiol, do uso indiscriminado e nocivo à saúde da maconha e suas 500 substâncias psicoativas”, pontua Girão no requerimento.

A proposta foi uma iniciativa



Plantação de cânhamo nos EUA: texto se baseia em leis da Califórnia

da Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (Reduc). Os representantes da ONG informam que o texto baseia-se em legislações já em vigor nos estados norte-americanos da Califórnia, Nova York e Oregon, assim como no Uruguai. Também garantem que o texto obedece à Convenção Única sobre Entorpecentes (ratificada pelo Decreto 54.216, de 1964) e à Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (ratificada pelo Decreto 79.388, de 1977), tratados internacionais assinados pelo Brasil com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Foram convidados para a audiência as coordenadoras das ONGs Dr. Cannabis, Viviane Sedola, e Cultive, Cida Carvalho; o presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina (Apal), Antônio Geraldo da Silva; o procurador José Theodoro Correa, autor do livro *Tráfico de Drogas*; o presidente da ONG Aliança Verde, Rafael Evangelista; o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), William Dib; o psiquiatra Régis Barros; a psicóloga da Universidade de Brasília Inês Gandolfo e um representante do Ministério da Cidadania.

Proposta aumenta controle de violência nos estádios

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa, amanhã, a partir das 11h, projeto que pretende aumentar o controle de violência nos estádios e arredores (PL 1.640/2019).

Pelo texto, todos os torcedores condenados por promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos ou nas vizinhanças — que hoje, segundo o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003), recebem pena de reclusão de um a dois anos, mais multa — também deverão ser impedidos de frequentar jogos e áreas próximas aos eventos esportivos. A legislação em vigor determina a aplicação da pena de impedimento de forma alternativa aos torcedores condenados pela primeira

vez ou que cometem atos de violência menos graves.

Além de impor o afastamento obrigatório aos torcedores condenados à reclusão, o projeto aumenta os prazos da pena de impedimento. O estatuto estabelece o afastamento dos estádios e vizinhanças dos locais dos jogos de três meses a três anos, e o projeto o eleva para um a dez anos.

Para determinar o prazo de duração e o perímetro do afastamento, o juiz deverá seguir as indicações do artigo 59 do Código Penal (Decreto-lei 2.848, de 1940), ou seja, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime, além do comportamento da vítima.

Segundo o autor, Veneziano

Vital do Rêgo (PSB-PB), a proposição aprimora as regras, tornando mais rígida a resposta estatal à violência.

O relator, Alessandro Vieira (Cidadania-SE), lembra que, mesmo com os avanços legislativos e com a atuação dos clubes para controle e monitoramento dos torcedores, a violência persiste e é preciso uma posição mais incisiva.

Depois de aprovado na CE, o texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Prêmios

Outro projeto a ser analisado pelos senadores na CE é o PLS 302/2017, que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física os prêmios de cunho artístico e cultural. O autor, Lasier Martins (Podemos-RS), considera injusto classificar como “proventos de qualquer natureza” para fins tributários os valores recebidos como prêmio artístico e cultural. Em sua avaliação, as premiações constituem importante reconhecimento público da produção cultural que merece incentivo dos órgãos governamentais.

A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é favorável e defende o incentivo ao trabalho dos artistas como forma de preservar o patrimônio cultural.

Projeto autoriza venda de certos medicamentos fora de farmácias

Remédios que não necessitam de prescrição médica poderão ser vendidos em estabelecimentos comerciais, além de farmácias, segundo projeto de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). O senador pretende diminuir os preços de medicamentos, como analgésicos e antitérmicos, e facilitar o acesso a esses produtos. O PL 3.589/2019 foi apresentado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda recebimentos de emendas.

Pelo texto, mercados, hotéis e estabelecimentos similares podem ser ponto de venda de remédios. A justificativa é aliviar os custos das famílias que gastam boa parte do orçamento com a compra de medicação.

Flávio lembra que o comér-

cio conseguiu uma liminar na década de 90 e vendia os medicamentos que não precisavam de prescrição médica. Nessa época, alguns preços chegaram a baixar até 35%. O senador defende que o setor precisa de mais concorrência, já que as farmácias praticariam monopólio e os gastos com saúde já representam 40% do orçamento das famílias.

— É você ter a segurança jurídica de que alguns estabelecimentos comerciais possam fazer essa venda, nada mais do que isso. É facilitar o acesso à população, e quando há mais concorrência, a tendência é que o preço seja reduzido, o que é benéfico para o consumidor — defendeu o senador.

Audiência discute MP sobre programa de investimentos

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória que altera o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a estrutura de outros órgãos governamentais (MP 882/2019) recebe representantes do Ministério da Infraestrutura em audiência pública amanhã.

Esta será a segunda reunião da comissão, que é presidida pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) e tem como relator o senador Wellington Fagundes (PL-MT).

Foram convidados também representantes do Ministério da Economia, da Secretaria do PPI e do BNDES.

A MP 882 altera o funcionamento do programa e expande o papel do BNDES

no PPI e em desestatizações. Também amplia a esfera de responsabilidades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e reformula o funcionamento do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Com a proposta, a Secretaria Especial do PPI, vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, ganha atribuições mais detalhadas na sua legislação específica (Lei 13.334, de 2016).

Além disso, o Dnit passará a ter ingerência, também, sobre os portos, as vias de transbordo e as vias de interface intermodal, e a presidência do Contran será transferida para o ministro da Infraestrutura.

Texto estabelece seleção para estágio no serviço público

Estagiários deverão ser escolhidos a partir de processo seletivo para contratação na administração direta e indireta dos Poderes da União. É o que propõe o projeto do senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a justificativa do PL 3.613/2019, a seleção para estagiários que recebam bolsa ou outra forma de contraprestação por órgãos do governo assegura os princípios de publicidade e impessoalidade do serviço público.

O texto exige que os órgãos respeitem o edital de convocação do processo seletivo,

que deve ser publicado na página oficial do órgão na internet e encaminhado às instituições de ensino conveniadas, havendo antecedência mínima de 15 dias da data de realização do processo seletivo.

“As exigências que firmamos são muito simples, de forma a não criar empecilhos burocráticos para os programas de estágio e permitir que cada órgão ou entidade adapte o processo seletivo às suas necessidades específicas”, justifica o senador.

A proposta está na fase de recebimento de emendas e é analisado pela CCJ em decisão terminativa.



Veneziano é o autor da proposta, que tem Alessandro como relator

